

Atrás da cortina, interesses poderosos

Dos 220 dispositivos da nova Constituição que exigem regulamentação, 39 já tiveram aprovadas suas respectivas leis e 88 já têm propostas em tramitação. Muitos destes, no entanto, devem vencer uma verdadeira prova de obstáculos até chegar ao plenário. Os intrincados meandros da tramitação legislativa escondem representantes de interesses poderosos, dispostos a adiar ao máximo a regulamentação de determinadas matérias.

Veja quem trabalha a favor e contra alguns dos temas mais polêmicos pendentes de regulamentação:

Defesa contra dispensa imotivada — Embora a Constituinte tenha aprovado alguns benefícios adicionais para os trabalhadores demitidos sem justa causa, alguns empregadores preferem que nesta matéria tudo fique como está.

Definição dos casos em que poderá ser concedida aposentadoria precoce — Qualquer dispositivo que implique em aumento dos benefícios com aposentadoria gera reações contrárias

nos setores empresariais e Governo. Estes sempre argumentam que “o País vai quebrar” para rejeitar qualquer avanço em termos de benefícios trabalhistas ou previdenciários. “Foi assim quando a Constituinte reduziu o tempo de serviço dos trabalhadores, e o País não quebrou”, diz Scalco. O Governo pretende estimular a aposentadoria para funcionários públicos estáveis, porém dispensáveis do atual quadro administrativo.

Fixação do número de deputados por estado — A representatividade da população na Câmara dos Deputados está distorcida desde que o regime militar aumentou de três para oito o número mínimo de deputados por estado e colocou um limite máximo para as bancadas estaduais. Isso faz com que bastem cinco mil votos para eleger um deputado por Roraima, enquanto a votação média da bancada paulista nas últimas eleições foi de 250 mil votos. Na Constituinte alguns parlamentares tentaram mudar este quadro, mas esbarraram na oposição intransigente das bancadas do

Norte e Nordeste beneficiadas pelo atual sistema.

Regulamentação sobre os conflitos de competência entre União, Estados e Distrito Federal em matéria tributária — Sempre que a questão é finanças públicas, entram em campo os representantes dos interesses da União, Estados, Municípios e das empresas vinculadas a cada uma destas esferas de poder, cujas bandeiras são, quase sempre, conflitantes.

Política Agrícola — Uma das matérias mais explosivas do Congresso coloca em confronto defensores intransigentes da propriedade, de um lado, e os que pregam o respeito à função social da terra, de outro.

Sistema Financeiro Nacional — A nova Carta traz uma série de dispositivos que perturbam os interesses do oligopólio bancário. Embora estes dispositivos, como o tabelamento dos juros a 12 por cento, contem com a simpatia da maioria absoluta dos parlamentares, seus defensores enfrentam dificuldades até para conseguir incluí-los na pauta.